

RELATÓRIO ANUAL DE QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA

CASAN - COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO

AGÊNCIA DE CAMPINA DA ALEGRIA

CNPJ

82 508 433/0145-09

Responsável legal: Diretor Presidente - Valter José Gallina

As informações complementares sobre a qualidade da água distribuída e demais serviços disponíveis a comunidade por esta agência se encontra disponibilizadas no endereço eletrônico www.casan.com.br e também nos endereços abaixo:

Escritório Central:

Lago da Divisa - Distrito de Campina da Alegria – SC - CEP 89.675-000-FONE (0xx) 49 3456-1239

Laboratório Regional: Rua José Boiteux, 88- Bairro Marafon - Videira – SC-CEP 89.560-000

Fone (49) 3533-7071- labvideira@casan.com.br

Caro cliente, a água disponibilizada na sua cidade tem como Órgão Fiscalizador a Secretaria Municipal de Saúde/Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, localizada no endereço:

Secretária da Saúde / Vigilância Sanitária:

Rua Coronel Vitório, 966 – Centro-CEP 89.675-000- FONE (0xx) 49 3548-3012

A CASAN está presente no distrito de Campina da Alegria, onde a captação de água bruta é realizada no Lago da Divisa, manancial pertencente à Bacia Hidrográfica do Rio Chapecozinho. A qualidade da água do manancial se enquadra na classe apropriada para ser tratada para o consumo humano.

A bacia localiza-se em área de silvicultura e existem remanescentes de mata ciliar e nativa.

Fontes de possível contaminação: Plantio de Pinnus / Eucalipto para indústria de papel e celulose.

A legislação que regulamenta a classificação do manancial é a Resolução CONAMA Nº357/2005, segundo o qual este manancial recebe classificação 2, tendo como órgão ambiental responsável pelo seu monitoramento a FATMA (Fundação do Meio Ambiente) e o endereço de sua coordenadoria é na Rua Francisco Lindner, 188 – Centro – Cep 89.600-000 – Joaçaba –SC – FONE (49) 3522-0626. A CASAN efetua o monitoramento periódico de alguns parâmetros.

TRATAMENTO APLICADO NA ÁGUA DISTRIBUÍDA

O processo de tratamento aplicado para potabilização da água distribuída na região urbana do Distrito de **Campina da Alegria**, consiste de uma ETA (Estação de Tratamento de Água) tipo compacta metálica fechada, que consta das seguintes etapas:



1. Recalque da água do manancial (Lago da Divisa);
Processo no qual ocorre o recalque de água do lago através de bombas de sucção até na ETA.
2. Processo de Clarificação (Coagulação, Floculação, Decantação, Filtração);
Processo no qual ocorre extração de particulados, matéria orgânica, etc, através da adição de um coagulante polimérico inorgânico, o policloreto de alumínio (PAC) e, um alcalinizante, o carbonato de sódio. Consequentemente formam-se precipitados flocosos que decantam em tanques projetados para este fim e posteriormente a mesma é filtrada em leitos de areia para remoção final das partículas remanescentes das etapas anteriores.
3. Complexação:
Processo de complexação (quelação) química devido ao uso de um complexante, o ortopolifosfato de sódio, que possui a capacidade em quelar (seqüestrar) compostos metálicos, especialmente os compostos de ferro e manganês, e estabilizá-los na água evitando que deterioram a qualidade estética da água.
4. Desinfecção, Fluoretação e Correção do pH final;
Processos que possuem como finalidade a desinfecção química através da adição de cloro, melhoria organoléptica corrigindo a acidez (pH) e prevenção da cárie dentária com a adição de flúor na água.
5. Distribuição e Armazenamento.
Após a aplicação do tratamento a mesma é armazenada em um reservatório central com capacidade total de 200 m³.

| MESES | Parâmetros | Cloro res. | Cor Aparente | Turbidez | Coliformes totais | E. coli / Colif.Term. |
|---|----------------------------------|--|---|-------------------|---|-------------------------------------|
| Nov/15 | N.º de análises realizadas | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| | N.º de análises fora dos padrões | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | N.º de análises em conformidade | 10 | 9 | 9 | 10 | 10 |
| Dez/15 | N.º de análises realizadas | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| | N.º de análises fora dos padrões | 0 | 2 | 1 | 0 | 0 |
| | N.º de análises em conformidade | 10 | 8 | 9 | 10 | 10 |
| Jan/16 | N.º de análises realizadas | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| | N.º de análises fora dos padrões | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | N.º de análises em conformidade | 10 | 9 | 9 | 10 | 10 |
| Fev/16 | N.º de análises realizadas | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| | N.º de análises fora dos padrões | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | N.º de análises em conformidade | 9 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| Mar/16 | N.º de análises realizadas | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| | N.º de análises fora dos padrões | 0 | 3 | 1 | 0 | 0 |
| | N.º de análises em conformidade | 10 | 7 | 9 | 10 | 10 |
| Abr/16 | N.º de análises realizadas | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| | N.º de análises fora dos padrões | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | N.º de análises em conformidade | 8 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| Mai/16 | N.º de análises realizadas | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| | N.º de análises fora dos padrões | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | N.º de análises em conformidade | 9 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| Jun/16 | N.º de análises realizadas | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| | N.º de análises fora dos padrões | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | N.º de análises em conformidade | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| Jul/16 | N.º de análises realizadas | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| | N.º de análises fora dos padrões | 1 | 2 | 1 | 0 | 0 |
| | N.º de análises em conformidade | 9 | 8 | 9 | 10 | 10 |
| Ago/16 | N.º de análises realizadas | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| | N.º de análises fora dos padrões | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | N.º de análises em conformidade | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| Set/16 | N.º de análises realizadas | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| | N.º de análises fora dos padrões | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| | N.º de análises em conformidade | 9 | 10 | 10 | 9 | 10 |
| Out/16 | N.º de análises realizadas | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| | N.º de análises fora dos padrões | 3 | 0 | 0 | 2 | 0 |
| | N.º de análises em conformidade | 7 | 10 | 10 | 8 | 10 |
| Providências tomadas | | | | | | |
| N.º de amostras previstas p/ Portaria 2.914/11 MS | | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| VMP – Valor Máximo Permissível | | 0,2 a 5,0 mg/L – Cl₂ | Até 15 uH (mg/L - Pt/Co) | Até 5,0 uT | Até uma análise fora dos padrões / mês | Nenhuma fora dos padrões |

Além dos parâmetros apresentados acima, a CASAN controla parâmetros relacionados às substâncias inorgânicas, orgânicas, agrotóxicos e produtos secundários da desinfecção, estabelecidos pela Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde, sendo que no período todos os resultados foram satisfatórios, exceto o parâmetro alumínio. Informamos que medidas operacionais foram tomadas para a correção do problema.

OBS: A CASAN atende os critérios exigidos pelo decreto 5440/ 2005, e alerta aos síndicos ou administradores de condomínios, que deverão divulgar o presente Relatório Anual aos seus condôminos (Artigo 7º do Decreto 5440/2005).

Significados dos Parâmetros:

Cloro: agente químico utilizado para eliminar micro-organismos.

Cor Aparente: indica presença de substâncias dissolvidas que deterioram aspecto estético da água.

Flúor: agente químico auxiliar na prevenção contra cárie dentária.

Turbidez: indica presença de partículas em suspensão na água.

Coliformes totais: micro-organismos cuja presença na água não necessariamente representam problemas para a saúde.

E. coli/Coliformes Termo tolerantes: micro-organismo indicador de poluição fecal

Procedimento padrão

Ajustes técnicos nos processos de dosagens dos produtos químicos e na remoção da água em desconformidade na rede de distribuição.

Lei 8078/1990 – Código de Defesa do Consumidor

Art. 6º - São direitos básicos do consumidor

Inciso III: a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de qualidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.

Art. 31 – A oferta e apresentação de produtos e serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam a saúde e segurança dos consumidores.

“Cabe a CASAN operar, manter e exercer o controle de qualidade da água dos sistemas de abastecimento sob sua responsabilidade, obedecendo aos artigos 13º e 14º da Portaria 2914/2011 do MS”